

Lugares de cura e de lazer: praias e termas do norte de Portugal entre os finais do século XIX e inícios de novecentos

Alexandra Esteves*

1. Introdução

O relacionamento do homem com a água foi evoluindo ao longo dos tempos. Se recuarmos até à Antiguidade Clássica, encontramos uma relação de grande proximidade, em contraste com o que se observa na época medieval. Hipócrates atribuía-lhe propriedades curativas, e os romanos, através da construção de termas, impulsionaram a sua dimensão social. Os banhos públicos constituíam, então, momentos de lazer e sociabilização. Todavia, com a queda do Império Romano e o triunfo do Cristianismo, a desconfiança crescente relativamente às estâncias termais, por serem consideradas promotoras de comportamentos imorais, contribuiu para a sua decadência, embora algumas se mantivessem, mas apenas com finalidades terapêuticas. Por outro lado, o banho privado deixa de ser considerado indispensável. A limpeza passa a estar associada à roupa e não propriamente ao corpo, cujos maus odores eram mitigados com a aplicação de pós e perfumes¹.

O divórcio entre o homem e a água, que se verificou no período medieval, será superado, ainda que timidamente, no Renascimento. Em Portugal, essa reaproximação está patente no hospital termal das Caldas da Rainha e, já no século XVIII e

* Docente da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa. Membro do CITCEM-UM.

¹ Confirme-se Wear, Andrew, "The History of Personal Hygiene", in Bynum, W.F.; Porter, Roy, (Eds.) *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*, Vol. 2, London and New York, Routledge, 2001, pp. 1300-1301.

de forma mais evidente, no reconhecimento das qualidades medicinais da água. O banho torna-se um hábito privado e regressa ao recato das casas aristocráticas e burguesas. Assiste-se igualmente ao ressurgimento do termalismo, nomeadamente em França e na Inglaterra, e, posteriormente, à descoberta dos banhos de mar. Este facto deve ser enquadrado num movimento mais amplo, marcado pelo higienismo e pelo naturalismo, em que a água assume diferentes valências: tanto serve para lavar ruas e vielas, praças e casas ou corpos humanos, como desempenha uma função simultaneamente preventiva, curativa e purificadora². Constituía, portanto, de acordo cartilha higienista e burguesa, um elemento indispensável no processo de correção dos hábitos do povo, tido como pouco dado à higiene, e cujos comportamentos propiciavam a miséria e a doença. Posto isto, a água transforma-se num instrumento de civilização e desempenha um papel determinante não apenas no domínio da higiene pública, mas também no da própria moral. Os pobres seriam, por conseguinte, os amoraís, que precisavam de ser submetidos à doutrinação do banho e da limpeza.

Se a redescoberta da água começa por estar associada às elites aristocráticas e burguesas, rapidamente se generaliza, na centúria oitocentista, à restante população. Junto a praias e termas, nascem os mais variados espaços de diversão e lazer. O caminho de ferro terá uma importância crucial no desenvolvimento de estâncias balneares e termais³. Na época de veraneio, entre julho e outubro, incentivavam-se as idas à praia ou a banhos nas águas termais. Em 1884, na estação da cidade de Braga, por exemplo, vendiam-se bilhetes “por motivo da quadra balnear” de ida e volta, de todas as classes, para a Póvoa do Varzim, a praia mais procurada pelos bracarenses, válidos por sessenta dias⁴.

De lugares destinados a tratamentos medicinais, as praias e termas acabarão por se afirmar como espaços de socialização, de lazer e divertimento, que atraíam famílias inteiras em cumprimento de autênticos rituais, feitos de partidas e chegadas, que os periódicos locais se compraziam em noticiar nas suas páginas. Contudo, já na segunda metade do século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, e com os desenvolvimentos da farmacologia, assistimos ao declínio do termalismo e à decadência das suas estâncias⁵. Simultaneamente, as praias impõem-se claramente

² Sobre a ligação à natureza leia-se Steward, J., “The culture of water cure in nineteenth century Austria, 1800-1914”, in Anderson, S. and Tabbs, B. (Eds.), *Water, leisure and culture: European historical perspectives*, Oxford, New York, Berg, pp. 23-35.

³ Sobre este assunto leia-se Matos, Ana Cardoso de; Ribeiro, Elói Figueiredo; Bernardo, Maria Ana, “Caminhos de ferro e Turismo em Portugal (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)”, in *V Congrès História Ferroviária*, 2009, pp. 1-16.

⁴ *Comércio do Minho*, 24 de junho de 1884, n.º 197.

⁵ Confira-se Cantista, António Pedro Pinto, “O termalismo em Portugal”, in *Anales de Hidrologia Medica*, Vol. 3, 2008-2010, p. 84.

pela sua vertente lúdica. São estas transformações que nos propomos analisar, considerando o período compreendido entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX, com o objetivo de mostrar a coexistência das componentes terapêutica e recreativa nas estâncias balneares e termas e em que momentos se cruzam ou sobrepõem na região do Minho.

2. Os banhos de mar: as praias

A importância dos banhos, que na Europa remonta ao período clássico, é recuperada na Inglaterra em finais do século XVIII. A relevância que alcançaram neste país não pode ser desligada do desenvolvimento industrial ocorrido na centúria setecentista e dos efeitos dele decorrentes⁶. A presença de aristocratas ingleses no sul da Europa e a publicitação dos benefícios da hidroterapia contribuíram para que, ainda no Antigo Regime, se verificasse naquele país uma maior atração pelo mar.

É também na centúria de setecentos que emerge o movimento higienista, que faz a apologia da higiene pública e privada como forma de evitar o surgimento e a propagação de doenças e que aposta na sensibilização das populações, em particular das mais carenciadas, para os cuidados a ter com a limpeza do corpo⁷. Ainda no século XVIII, também os alemães começam a manifestar apreço pelos banhos de mar e pelas suas qualidades terapêuticas; os franceses seguirão o mesmo caminho nos começos da centúria seguinte⁸. Nesta altura, considerava-se que o ar marítimo, a água do mar, a areia e o banho, propiciavam o fortalecimento da saúde e a cura dos males do corpo e da alma. O ar marítimo era recomendado para as pessoas debilitadas, sem apetite, e sobretudo para as crianças, e a água do mar era aconselhada não apenas para o banho, de preferência frio, mas também para beber.

A exaltação das qualidades medicinais dos banhos de mar, do ar marítimo e do contacto com a areia, foi, num primeiro tempo, a explicação para que as elites inglesas e, posteriormente, as alemãs e francesas procurassem as zonas litorais. Este movimento foi facilitado pelo desenvolvimento dos transportes, nomeadamente

⁶ Veja-se Vasconcellos, Leopoldino de, *A Água do mar. Theorias e aplicações therapeuticas recentes*, Porto, typ. Do "Porto Médico", 1907.

⁷ Sobre as medidas de saúde pública de caráter preventivo, tomadas em Portugal na segunda metade do século XIX, leia-se Cosme, João, "As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do século XX)" in *Noroeste. Revista de História. Congresso Internacional de História Territórios, Culturas e Poderes. Atas*, Vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricas, Universidade do Minho, 2007, pp. 707-722. Do mesmo autor, "A preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do século XX)", *Revista da Faculdade de Letras: História*, Série III, Vol. 07, 2006, pp. 181-196.

⁸ Leia-se Pessanha, António d'Almeida Moraes, *Breve Estudo sobre a Medicação Marítima nas crianças*, Porto, Typographia Gandra, 1893.

do comboio, que se traduziu no encurtamento de distâncias e na facilitação da circulação de pessoas e mercadorias. À medida que este fenómeno se foi generalizando pela Europa fora, promovendo o aparecimento de estâncias balneares, a função higienista e terapêutica da praia e dos banhos de mar vai dando lugar à vertente lúdica e social.

Em Portugal, as propriedades terapêuticas dos banhos de mar já eram reconhecidas no século XVIII. Segundo Silva Júnior, na sua obra *Estudo sobre os efeitos physiologicos e therapeuticos dos banhos do mar frios*, o primeiro médico português a celebrar as virtualidades das águas marítimas foi Zacuto Lusitano, que viveu entre 1575 e 1642⁹. De acordo com o mesmo autor, na segunda metade do século XIX, a prática de banhos de mar já estava enraizada nas famílias, independentemente da sua condição social, que se deslocavam para as localidades costeiras para usufruírem dos seus benefícios¹⁰. Em 1880, o *Comércio do Lima*, jornal de Ponte de Lima, informava que o Visconde de Aurora, importante aristocrata da região, tinha ido a banhos, em Gontinhães, Vila Praia de Âncora, no mês de agosto, para cuidar da saúde¹¹.

O banho de mar começava, então, a ser encarado como um elemento importante no processo de prevenção e cura de doenças, num país com graves problemas de saúde pública. Aos olhos da sociedade burguesa oitocentista, os pobres estavam associados à marginalidade, à criminalidade e ao aparecimento e disseminação de epidemias, como a cólera ou a febre-amarela, devido à falta de higiene e ao comportamento amoral e desregrado¹². Numa época cujo quadro mental era marcado pelo evolucionismo, pelo positivismo e por uma imagem totalizante da História, havia, portanto, que intervir e acionar mecanismos que permitissem alterar a escala de valores e o *modus vivendi* dos pobres. Assim, no século XIX, o banho e os hábitos de higiene pessoal confundiam-se com atos civilizacionais, vulgarizados entre as classes burguesas, mas que apenas muito timidamente chegavam aos grupos sociais mais baixos, nos quais o asseio do corpo se limitava, quando muito, às partes mais expostas, ou seja, às mãos e ao rosto¹³. Por consequência, a sujidade, quer do corpo, quer dos espaços públicos, começa a ser associada à miséria e à doença.

⁹ Júnior, A. F. Silva, *Estudo sobre os efeitos physiologicos e therapeuticos dos banhos do mar frios*, Porto, Typographia de Manoel José Pereira, 1874, p. 19.

¹⁰ Júnior, A. F. Silva, *Estudo sobre os efeitos physiologicos e therapeuticos dos banhos do mar frios...*, p. 20.

¹¹ *Comércio do Lima*, 1880-08-25, n.º 248, p. 2

¹² Sobre a associação dos pobres à proliferação de surtos epidémicos ao longo do século XIX leia-se Rodrigues, José Júlio, "Lisboa e a Cholera", in *Biblioteca do Povo e das Escolas*, n.º 88, 1884, p. 24; Cardoso, Júlio Arthur Lopes, "Micróbios e doenças", in *Biblioteca do Povo e das Escolas*, n.º 152, 1912, p. 52.

¹³ Sobre a importância da higienização das classes populares leia-se Vigarello, Georges, *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1988, pp. 151-157.

Com o dealbar do século XX, a higiene privada científicou-se e os hábitos de limpeza, nomeadamente o banho, ganham importância e convergem para a salvaguarda da saúde pública¹⁴. Todavia, ainda em 1926, Francisco Laranja de Castro Bicho, na sua dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Porto, escrevia o seguinte a respeito da população portuguesa:

O povo ainda não está compenetrado do verdadeiro valor da higiene e dos seus alevantados fias, porque entre êle não se tem sabido criar o verdadeiro interesse por este assunto¹⁵.

Como referimos, o costume da ida à praia apenas se generaliza na segunda metade da centúria oitocentista. Este atraso relativamente aos demais países europeus prende-se com a instabilidade que marcou a primeira metade do século XIX em Portugal, e para a qual concorreram as Invasões Francesas, a guerra civil, a revolta da Maria da Fonte e a Patuleia. Só a partir de meados desse século, o país pôde encetar um processo de modernização, que se traduziu, nomeadamente, na melhoria das vias de comunicação e dos transportes.

No norte de Portugal, as qualidades medicinais do mar e da praia, cujos ares eram recomendados para o tratamento de certas enfermidades, como a tuberculose, atraíram cada vez mais nobres e burgueses. Por isso mesmo, entre 1901 e 1911, foram construídas várias estruturas de apoio aos tuberculosos, tendo presentes os princípios dos bons ares, repouso e alimentação adequada¹⁶: três sanatórios, dois dos quais marítimos, e cinco dispensários¹⁷. No distrito de Viana do Castelo, em Vila Praia de Âncora, foi edificado um sanatório junto ao mar, destinado ao tratamento da tuberculose óssea. Esta vila destacava-se, aliás, como principal destino balnear do Alto Minho, procurado por ricos e pobres. Os hospitais marítimos generalizaram-se em Itália ainda no século XIX e, posteriormente, nos Estados Unidos e na Alemanha, graças a ações filantrópicas¹⁸.

Inicialmente, devido às temperaturas mais baixas, os banhistas eram aconselhados a frequentarem as praias acima do Tejo. Só mais tarde, já no século XX, é que

¹⁴ Leia-se Pereira, Ana Leonor; Pita, João Rui, "A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal", in Vaquinhas, Irene (Dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 97-100.

¹⁵ Bicho, Francisco Laranja de Castro, *Organização dos Serviços Sanitários em Portugal*, Porto, Tip. da Empresa d' "O Progresso", 1926, p. 75.

¹⁶ Confirme-se Marques, Abílio Gonçalves, *A guerra à tuberculose*, Porto, Typ. a vapor da Empreza Litteraria e Typographica, 1901, p. 53.

¹⁷ A cidade do Porto construiu o seu primeiro dispensário antituberculoso nos inícios do século XX e viu nascer o primeiro sanatório em 1926, sob a égide da Santa Casa da Misericórdia daquela cidade, Ferreira, Maria de Lurdes de Carvalho, *A doença do peito. Contributo para o estudo histórico da tuberculose*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 20. Tese de mestrado policopiada.

¹⁸ Pinto, Joaquim José Pinto, *Medicação Marítima*, Porto, 1887.

os veraneantes buscarão lugares mais quentes. Nos anos 60, o Algarve impõe-se como o principal destino balnear em Portugal. Ainda na centúria oitocentista, surge a hierarquização das praias. Assim, no norte do país, as mais prestigiadas eram as de Espinho, Granja, Leça, Pedrouços, Póvoa do Varzim e, numa posição mais distante, Vila do Conde¹⁹.

A graduação das praias era elaborada com base no estatuto social dos seus frequentadores e, deste modo, a presença da aristocracia era fundamental. No entanto, a mesma praia podia ser procurada por veraneantes pertencentes a diferentes estratos sociais, embora não se misturassem, pois escolhiam temporadas distintas para irem a banhos. Enquanto a época balnear de nobres e burgueses incidia nos meses de junho e julho, prolongando-se até setembro, a das gentes do campo restringia-se praticamente ao mês de outubro, após o fim das colheitas. Além do mais, enquanto as classes mais abastadas dispunham de três ou quatro meses para usufruírem da praia, já os menos abonados não iam além de apenas três dias. É que as despesas com o alojamento, deslocações e outros encargos não estavam ao alcance de todas as bolsas. Por outro lado, como nem todos tinham a possibilidade de adquirir ou construir casas de veraneio, nos inícios do século XX já se alugavam quartos em Viana do Castelo para quem quisesse desfrutar dos ares marítimos. Para o efeito, colocavam-se anúncios nos diversos periódicos que se publicavam nos concelhos pertencentes àquela circunscrição administrativa²⁰. Em 1882, o *Comércio do Minho*, jornal de Braga, anunciava a venda de uma casa de praia, fazendo a seguinte descrição:

*N'esta formosa praia vende-se um magnifico prédio de sobrado em excelentes acomodações, prestando-se a ser ocupado por duas famílias; é de excelente construção, revestido de azulejos, tem cocheira e possui um grande terreno ou quintal cotado pelo caminho de ferro, dando as traseiras para o mar. N'este prédio esteve o conhecido Hotel Luzo-brasileiro (...)*²¹.

Em finais do século XIX, as gentes de Braga procuravam as praias da Apúlia e sobretudo da Póvoa do Varzim para veraneiar, desde logo por serem as mais próximas. Os nomes das personalidades bracarense que demandavam a costa poveira eram anunciados nas páginas dos jornais locais. A enorme afluência a esta praia refletiu-se no crescimento da localidade, na sua dinamização económica e na criação de diversas estruturas de alojamento e de entretenimento. Algo de semelhante aconteceu em Vila do Conde, que também atraía muitos veraneantes minhotos. A

¹⁹ Veja-se Ortigão, Ramalho, *As praias de Portugal. Guia do Banhista e do viajante*, Porto, Livraria Universal, 1875.

²⁰ *Comércio do Lima*, 1909-09-04, n.º 158.

²¹ *Comércio do Minho*, n.º 197, 1882.

construção de equipamentos de lazer tornava-se cada vez mais imperiosa, porque, à medida que avançamos para finais da centúria oitocentista, as zonas balneares tendem a destacar-se pela vertente lúdica e pela capacidade de oferecerem diversão aos seus frequentadores. Mesmo assim, apesar da afamada beleza natural, Vila do Conde não conseguia fazer frente à animação da vizinha Póvoa do Varzim, que, 1886, em pleno mês de setembro, acolhia cerca de 26 mil banhistas²².

As diferenças entre os veraneantes observavam-se também na indumentária, que foi adquirindo uma importância cada vez maior sob o ponto de vista social. A moda de praia era já uma realidade nos inícios do século XX, mesmo numa praia menos conceituada como a de Vila Praia de Âncora, que era frequentada sobretudo pelos habitantes dos concelhos interiores do distrito de Viana do Castelo. Homens e mulheres não perdiam a oportunidade de exibirem o vestuário em voga. A este propósito, em 15 de setembro de 1918, nas páginas do jornal valenciano *A Plebe*, escrevia-se o seguinte sobre os frequentadores daquela praia:

*Neste momento apesar da guerra, todas as praias e estâncias termais estão cheias. Entremeadas com os uniformes de todos os países, veem-se ali as elegantes sempre chics, embora vestindo com grande simplicidade que caracteriza a moda neste ano. Os vestidos direitos muito simples, apenas guarnecidos a maior parte das vezes com grandes colarinhos que caem quasi até à cintura*²³.

As mulheres apresentavam-se com vestidos de cauda e os homens trajavam camisola e calças. À medida que a ida à praia se vai generalizando e adquirindo maior relevância social, surge uma moda específica apenas ao alcance de alguns. Os trabalhadores rurais continuarão a envergar a roupa de trabalho para tomarem os banhos de mar. A este propósito, Augusto Vieira, na sua obra *O Minho Pittoresco*, descreve a indumentária com que a gente do campo se banhava:

*Traz um lenço na cabeça, por baixo do chapéu, atado ao queixo, amplas chinelas de couro crú, longo capote de cabeções. Mulheres de pés nus, com saias de baeta pelos ombros*²⁴.

A praia tendia a impor-se como um microespaço reprodutor dos quotidianos dos veraneantes. Daí que as desigualdades também estivessem presentes, não só as sociais, mas também as de género, que ditavam condutas e hábitos distintos para homens e mulheres. Até à Revolução de 25 de Abril de 1974, os movimentos da mulher estavam cerceados em termos espaciais e comportamentais. Por exemplo,

²² *Comércio do Minho*, n.º 197, 1886.

²³ *A Plebe*, 15 de setembro de 1918, Ano n.º 8, n.º 353

²⁴ Vieira, Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo II, Valença, Rotary Club de Valença, 1987, p. 216.

a legislação de 1941 previa a fiscalização das medidas do fato de banho feminino²⁵.

Como já foi referido, os banhos de mar eram aconselhados para as crianças, o que levou à fundação de colónias balneares destinadas às mais carenciadas, com o propósito de se evitar o aparecimento de enfermidades como a tuberculose, e para as mulheres, pois a água do mar apresentava uma série de benefícios, nomeadamente no tratamento de doenças femininas²⁶. Sob o ponto de vista medicamentoso, a frequência da praia era recomendada para os mais debilitados fisicamente e ainda para os “doentes de espírito”, como eram então designados os padecentes de moléstias do foro mental. A histeria, conhecida como “nevroses”, doença associada a um estado patológico do útero “ou dos seus anexos”, que se verificaria nas mulheres com um comportamento tido como mais arrojado ou escondizente com os cânones de então, era tratada com hidroterapia²⁷. Contudo, aos idosos, às crianças e às mulheres grávidas, aconselhava-se moderação nas idas à praia e nos banhos de mar²⁸. Deste modo, a praia foi assumindo uma finalidade mais curativa para as crianças e mulheres e mais social para o homem.

A estadia nos lugares de veraneio propiciava o desenvolvimento de diversas atividades, destinadas sobretudo aos homens: passeios, jogos, idas ao café, visitas a amigos, entre outras. A praia transforma-se num lugar de entretenimento e numa oportunidade para reunião da família²⁹. À medida que a vertente terapêutica vai decaindo e se valoriza a dimensão social e lúdica, surgem estruturas de convívio e lazer, ainda que mais vocacionadas para os elementos do sexo masculino, como salões de jogo, clubes, cafés e sobretudo casinos. Estes foram especialmente impulsionados pela febre balnear, despertando o interesse dos municípios tendo em vista a obtenção de benefícios económicos³⁰.

A praia de Póvoa do Varzim, à qual acorriam nobres endinheirados do Minho, destacava-se pela sua grande e diversificada afluência de veraneantes. As gentes do distrito de Viana do Castelo preferiam Vila Praia de Âncora, que, pouco a pouco, se foi impondo como o destino balnear por excelência daquela circunscrição administrativa, embora não figurasse entre as praias em voga no século XX. Ramalho Ortigão, na obra *As praias de Portugal. Guia do Banhista e do viajante*, faz-lhe

²⁵ Confirme-se Cadavez, Maria Cândida Pacheco, *A Bem da Nação. As Representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2012, p. 159. Tese de doutoramento policopiada.

²⁶ Pinto, Joaquim José Pinto, *Medicação Marítima*, Porto, 1887, p. 35.

²⁷ Almeida, Eduardo Paulino Torres e, *Hydrotherapia suas indicações no tratamento das nevroses*, Porto, Typographia Occidental, 1885, p. 32.

²⁸ Pinto, Joaquim José Pinto, *Medicação Marítima*, Porto, 1887, p. 35.

²⁹ Confirme-se Cascão, Rui, “Em casa: o quotidiano familiar”, in Vaquinhas, Irene (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 250-251.

³⁰ Vaquinhas, Irene, *Nome de Código “33856”. “Jogos de Fortuna ou Azar” em Portugal entre a repressão e a tolerância (de finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 22.

referência, mas era ainda classificada como “obscura”³¹. Em finais do século XIX, também a praia de Moledo, no concelho de Caminha, já era descrita por José Augusto Vieira como uma praia de futuro: *alguns anos corridos, Moledo sera uma praia encantadora como hoje o é já pela convivência familiar e despreziosa dos seus frequentadores*³².

Findado o mês de setembro e após um verão movimentado, Vila Praia de Âncora, à semelhança de outras estâncias balneares, ficava reduzida aos seus moradores e aos banhistas menos abastados, que, condicionados pelos afazeres do campo, só em outubro podiam ir a banhos³³. Nos finais do século XIX, a praia de Gontinhães, conhecida como a praia de Âncora, já estava rodeada de construções modernas para a época e exibia uma agitação pouco comum, causada pela presença e pelos hábitos dos forasteiros³⁴. Deixa, então, de ser apenas uma pequena comunidade de pescadores, como era descrita por Raul Brandão:

*Perto de Âncora fica a povoação de Gontinhães, de pescadores e pedreiros, os pescadores ao pé do mar, os outros lá em cima no Calvário, unidos pelo caminho da Lagarteira, torto e lajeado. É uma aldeia pobre e humilde, pobre e doirada*³⁵.

Com a generalização das férias pagas, assiste-se ao incremento do turismo na Europa. Apesar da fama que o Algarve começa a conquistar, as praias do norte de Portugal mantêm o seu prestígio e a sua atratividade, graças, em parte, à envolvente paisagística. No entanto, à medida que avançamos para a segunda metade do século XX, com o crescente culto da aparência física, a procura das estâncias balneares será condicionada pela temperatura, sendo o Sol o protagonista, o que fará com que o Algarve se imponha cada vez mais como destino de eleição para portugueses e estrangeiros. Paralelamente, são cada vez menos as pessoas que demandam a praia por razões terapêuticas³⁶.

No distrito de Viana do Castelo, na década de 40, ganham destaque outras praias, como a de Afife. Em 1964, começaram a surgir interesses económicos associados ao crescimento do turismo nesta localidade, que levaram, inclusive, à constituição de uma sociedade virada para a construção de hotéis, casas de fim-de-semana, parques de jogos, entre outros empreendimentos. De facto, Afife foi-se

³¹ Ortigão, Ramalho, *As praias de Portugal. Guia do Banhista e do viajante...*, p. 111.

³² Vieira, Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I, Valença, Rotary Club de Valença, 1986, p. 185.

³³ A este propósito, no jornal valenciano *A plebe*, escrevia-se em 1918: As famílias saíam de Âncora ao final do mês de setembro. Em outubro a vila ficava apenas com um reduzido movimento balnear. Este era um mês em que localidade era frequentada por banhistas mais modestos do campo, que acorriam à estância balnear terminadas as vindimas. Todavia, tal não se repetiu no ano de 1918, dado que a epidemia afastou os veraneantes tardios. *A plebe*, 20 de outubro de 1918, Ano n.º 8, n.º 357.

³⁴ Vieira, Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I, Valença, Rotary Club de Valença, 1986, p. 187.

³⁵ Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 152.

³⁶ Martins, Pedro Alexandre Guerreiro, *Contributos para a história de ir à praia em Portugal...*, p. 85.

afirmando como um importante ponto de interesse turístico graças a vários fatores favoráveis, designadamente as vias de comunicação, pois é atravessada pela linha do caminho de ferro e pela estrada que liga Viana do Castelo a Vila Praia de Âncora, e as múltiplas estruturas de apoio que foram sendo criadas (bares, restaurantes e casino, entre outras). Também a praia Norte, ainda mais próxima da cidade, conheceu uma enorme afluência nos anos 60, sugerindo-se até que sofria de problemas de congestionamento³⁷. Ainda nesta década, Modelo do Minho, muito procurada por turistas nacionais e estrangeiros, avançou com um plano de urbanização, a fim de tornar possível a construção de uma zona residencial e, desse modo, oferecer melhores condições de acolhimento aos visitantes. Uma última referência para os banhos de rio. No que respeita ao distrito de Viana do Castelo, é possível aferir o interesse pelos banhos fluviais, em meados do século XIX, através dos pedidos de licenças para a instalação de barracas de madeira nas margens dos rios Lima, Minho ou Cávado³⁸. Tendo em consideração o número de solicitações, conclui-se que estes banhos não atingiram nem a procura nem o reconhecimento conseguidos pelos banhos de mar, para o que contribuiu, certamente, o seu reduzido impacto social e a ausência de estudos que evidenciassem as suas virtudes terapêuticas, entre outras razões. No entanto, o rio Lima, sobretudo junto à vila de Ponte de Lima, era bastante procurado durante o mês de agosto. Famílias inteiras acorriam às suas margens para se banharem, movidas pela crença nas suas propriedades curativas³⁹. As *Memórias Paroquiais de 1758*, referentes à freguesia de Darque, referem que, por conselho médico, eram muitas as pessoas que deslocavam às margens do Lima, entre os meses de agosto e setembro, para se livrarem dos seus achaques⁴⁰. Ainda no século XVIII, em Chaviães, no concelho de Melgaço, exaltavam-se as qualidades das águas do rio Minho no tratamento de feridas⁴¹.

Até às primeiras décadas do século XX, as famílias faziam questão de anunciar as suas partidas para banhos e o regresso às terras de origem, o que mostra que nas praias, mais que saúde, procurava-se mais uma oportunidade para exibição do prestígio e para afirmação social, como facilmente se depreende da seguinte notícia publicada no jornal *O campanário*, em 1917:

Regressaram de Monsão onde estiveram fazendo uso das termas, as srs. D. Dores Mota Lopes e interessante filhinha D. Lina Rodrigues Brito e o sr. Joaquim Pinto Mota.

³⁷ ADVC, *Arruamento de acesso à praia sul de Afife*, n. 1.51.6.4-5, não paginado.

³⁸ ADVC, *Consultas de barracas para banhos*, n. 2.38.4.1-37, não paginado.

³⁹ *Echo do Lima*, 22 de agosto de 1869, n.º 309.

⁴⁰ Capela, José Viriato (Coord.), *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção. Universidade do Minho, 2005, p. 710.

⁴¹ Capela, José Viriato (Coord.), *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património...*, p. 713

*Retirou de Ancora para a sua casa no Porto, o nosso presado patricio e migo sr. Manoel Alves, s. ex.ma esposa D. Isaura Toga Machado Alves e o seu galante filhinho Carlos. Da praia de Ancora, onde esteve a banhos com os seus gentis filhinhos, veio a esta vila, de visita a sua estremosa mãe a Sra. D. Maria dos Anjos Santos Alves, dedicada esposa do nosso querido conterrâneo e amigo sr. Joaquim Alves, socio da firma Moreira Alves & irmão do Porto*⁴².

3. As termas

No século XIX, por toda a Europa, as estâncias termais, tal como as praias, atingem uma pujança sem precedentes, para a qual também contribuiu o movimento higienista. Prática ancestral, no caso de Portugal anterior à fundação da nacionalidade, o termalismo passou por diversas fases ao longo da história. Exaltadas por Hipócrates, aproveitadas pelos romanos para as suas termas, as águas minerais foram ignoradas pelos primeiros cristãos, mais preocupados com a pureza da alma do que com os males do corpo, até porque a doença, tida como resultante de ações impróprias, exigia alguma resignação⁴³. Em Portugal, D. Mafalda criou uma albergaria para os pobres se banharem e D. Leonor fundou, em 1484, o mais antigo hospital termal do mundo. Contudo, não estamos seguros se nos idos tempos medievos já se conheciam os efeitos profiláticos e terapêuticos das águas minerais. Até porque os primeiros escritos sobre esta matéria aparecem no século XV, em Itália, numa altura em que a água ainda está associada ao prazer e à vulnerabilidade do corpóreo, e onde o conceito de higiene não obrigava a qualquer tipo de ablução, ideia que persiste nos séculos seguintes, em particular no século XVIII⁴⁴. Nesta centúria dá-se a descoberta da química de Lavoisier e das propriedades das águas minerais⁴⁵. Segundo o médico José Duarte, é nesta altura que “a Hydrologia Thermal sahiu do empirismo guiado pela Chimica Analytica”⁴⁶.

A frequência das termas começou a assumir um pendor aristocrático. Desde o século XVII, para fazerem cura de águas, a corte francesa mudava-se para Vichy,

⁴² *O campanário*, 26 de setembro de 1917.

⁴³ Leia-se Nielsen, I., “Roman Baths and Urban Society”, in *Atas del XIV Congreso Internacional de Arqueologia Clásica*, Tarragona, pp. 308-309, 1993. Veja-se igualmente Mar, R.; López, J.; Piñol, LL. (Eds.), *Utilizació de l'aigua a les ciutats romanes. Documents d'Arqueologia Clásica*, Tarragona, Universitat Rovira i Virgil, 1993.

⁴⁴ Confirme-se Vigarello, George, *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1988, pp. 31-35.

⁴⁵ Verifique-se Quintela, Maria Manuel Correia de Lemos, *Águas que curam, águas que “energizam”: etnografia da prática terapêutica terla na sulfúrea (Portugal) e nas Caldas da Imperatriz (Brasil)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008, p. 54. Tese de doutoramento policopiada.

⁴⁶ Confirme-se Duarte, José A., *Hydrologia Médica. Generalidades sobre Águas Thermaes*, Porto, Typographia de Pereira e Cunha, 1891, p. 47

a realeza inglesa partia para Bath e a portuguesa viajava para as Caldas de Lafões e para as Caldas da Rainha⁴⁷. Todavia, é no século seguinte que se multiplicam as obras panegíricas sobre as qualidades terapêuticas das águas termais, recomendadas para o tratamento de diversas enfermidades, especialmente as respiratórias, as de pele, as gastrointestinais e até as mentais⁴⁸.

No século XVII, particularmente no norte de Portugal, eram já bem conhecidas as qualidades de “agoas quentes” ou “mornas” no tratamento de determinadas patologias, nomeadamente, da lepra. No entanto, o seu aproveitamento tinha um caráter mais ou menos ocasional. Será apenas no século XIX que terá lugar a exploração mais organizada das suas potencialidades⁴⁹.

À medida que as termas se vão impondo como espaços terapêuticos, assiste-se à emergência da figura do turista e à afirmação do turismo com um setor de grande importância económica. Nesse contexto, diversos melhoramentos são realizados nas termas, tendo em vista a sua transformação em estâncias turísticas. Os velhos barracões e as estruturas antiquadas vão dar lugar a equipamentos modernos e atrativos, constroem-se hotéis e casinos, abrem-se restaurantes e salões de baile. Foi a associação entre a saúde e o lazer que, a partir da segunda metade de oitocentos, levou algumas famílias minhotas mais abastadas a permanecerem largas temporadas em estâncias termais, um ritual que cumpriam entre os meses de maio e outubro.

Em Portugal, na segunda metade do século XIX, era reconhecida a importância das águas termais para o tratamento de certas enfermidades, acompanhando os progressos que se observavam nos outros países, nomeadamente na Inglaterra, França e Alemanha. Todavia, até então, os principais avanços no aproveitamento das virtualidades dessas águas resultavam da ação de particulares, geralmente movidos por razões filantrópicas, e de instituições locais, mormente das câmaras municipais, o que era de todo insuficiente, pelo que se impunha o envolvimento das autorida-

⁴⁷ Sobre a fundação do Hospital das Caldas leia-se Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, “Os Consumos alimentares de um hospital quinhentista: o caso do hospital das Caldas em vida da Rainha D. Leonor”, in Sá, Isabel dos Guimarães; Garcia Fernández, Máximo (Dir.), *Portas adentro: comer, vestir e habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidade de Valladolid e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 49-50.

⁴⁸ Leia-se Freitas, Antonio Ignácio Pereira de, *Das águas minerais em geral e da sua aplicação em particular ao tratamento das moléstias cirúrgicas*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1866, p. 13.

⁴⁹ A este propósito veja-se o que o pároco de Caldelas escrevia em 1758: *Há nesta freguesia no lugar das Caldas 6 ou 7 olhos ou fontes em que nascem agoas quentes muito bem bornas, cujas agoas novamente agora experimentadas para doentes e nellas recuperam saúde todos os doentes de lepra, figado, chagas. Estes com tam feliz susesso que logo dellas sahem limpos e sans como foi huma minha fregueza que por não ter com que fosse ao Jures, as tomou e nellas ficou limpa de lepra.* Capela, José Viriato, *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Casa Museu de Monção. Universidade do Minho, 2003, p. 41.

des médicas e sanitárias. Nesse sentido, através de uma portaria circular de março de 1860, pretendia-se fazer o levantamento topográfico das nascentes existentes, identificar as características físicas e químicas das águas e, como não podia deixar de ser, as suas propriedades terapêuticas⁵⁰.

As termas das Taipas são um bom exemplo do aproveitamento das águas termais. Revigoradas no século XVIII por José Cristóvão dos Reis, boticário do Convento do Carmo em Braga, só em 1801 viu surgir o seu primeiro balneário. Contudo, dada a sua exiguidade e inadequação, em 1875 foi construído um novo, por iniciativa da Câmara Municipal de Guimarães⁵¹. O conforto era um fator importante para a atração de aquistas, pois tratava-se de um público exigente e com poder económico. Eram ainda elementos a ter em conta as vias de comunicação e os meios de transporte. Aqui residia precisamente uma das debilidades das termas das Taipas, que, inclusive, dificultava a sua projeção à escala nacional, como acontecia com Vidago, Pedras Salgadas ou S. Pedro do Sul⁵². Mesmo assim, na segunda metade do século XIX, eram as mais procuradas pelos habitantes do Alto Minho, a par das de Vizela, como atestam as notícias dos jornais que ao tempo se publicavam no distrito de Viana do Castelo, apesar das distâncias e das dificuldades de acesso⁵³. O reconhecimento das qualidades das águas das termas de Vizela remonta ao século XVIII, sendo recomendadas para o tratamento de “estupores e reumatismos”. Eram procuradas por elevado número de doentes, ainda que se considerasse que poderiam atrair ainda mais clientela se dispusessem de estruturas adequadas. Uma solução de recurso no que respeita a alojamento era a instalação nas casas dos lavradores locais⁵⁴.

Nos finais do século XIX, a preferência dos bracarenses parecia recair sobre o Gerês e Caldelas. Apesar do mau estado das estradas, o jornal *Comércio de Braga* noticiava que a afluência às termas de Caldelas, no ano de 1884, foi de tal modo elevada que não havia quartos suficientes para alojar todas as famílias⁵⁵. Caldas do Gerês, cujas águas termais já eram conhecidas e exploradas pelos romanos, beneficiaram de importantes melhoramentos nos finais do século XIX: foram cons-

⁵⁰ Arquivo Histórico do Governo Civil de Viana do Castelo (doravante AHGCVC), *Correspondência recebida relativa às águas minerais, 1867*, n.º 1.18.2.1-3

⁵¹ Fernandes, Alfredo, *Estancia hidro-mineral das Taipas*, Porto, Typ. Da Encyclopedia Portuguesa, 1912, p. 14.

⁵² Durães, Margarida, *A rainha mal-amada. Amélia de Orleães*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 155-159.

⁵³ *Revista de Turismo*, n.º 23, 20 de junho de 1917. Sobre este estabelecimento leia-se Almeida, João Ferreira d', *Thermas da Rainha D. Amélia. Ação do Azote das Águas Minerais*, Viseu, Typ. Da Revists Catholica, 1900.

⁵⁴ Capela, José Viriato, *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista...*, p. 324. Sobre as caldas de Vizela leia-se também Faria, Armindo de Freitas Ribeiro, *Vizella e suas águas mineraes*, Porto, Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1890.

⁵⁵ *Comércio de Braga*, 24 de julho de 1884, n.º 197.

truídos hotéis e quartéis, que embelezaram a estância e a tornaram atrativa para os aqistas de regiões mais distantes do país, como Porto ou Lisboa; dinamizaram-se as deslocações entre Braga e o Gerês; e foi projetada a ligação telegráfica entre as duas localidades⁵⁶. Todavia, as instalações para banhos não tinham sido melhoradas e o preço da sua utilização, que atingia 120 réis, era considerado exagerado, o que justificava algumas reclamações. Por outro lado, em 1886, também não dispunha de qualquer médico, apesar de se tratar de uma estância terapêutica⁵⁷. Estas lacunas assumiam alguma gravidade, até porque as suas águas eram recomendadas por médicos desde 1699⁵⁸. Em 1888, foi fundada a Companhia das Caldas do Gerês⁵⁹. Nos inícios do século XX, apesar das limitações, o Gerês era muito frequentado, sobretudo nos meses de junho, julho e agosto, registando os seus hotéis uma elevada afluência⁶⁰.

No Alto Minho destacavam-se as termas de Monção. Nas Memórias Paroquiais de 1758 já se aludia à sua existência:

(...) de um tanque de agoa nativamente quente honde se tomam banhos que por experiencia são admiráveis para estupores e humores frios o qual tanque está nas margens do Rio Minho e pouco distante das muralhas⁶¹.

As qualidades terapêuticas das suas águas eram largamente reconhecidas no tratamento de diversas enfermidades. Todavia, ainda em finais da centúria oitocentista, não tinham as condições de acolhimento já presentes noutras estâncias. No final do século XIX, as termas de Monção eram frequentadas por cerca de 2000 aqistas por época, muitos deles provenientes da Galiza, o que é facilmente explicável pela proximidade geográfica⁶².

Eram igualmente afamadas as águas das termas do Peso, na freguesia de Paderne, concelho de Melgaço. O pedido de aproveitamento das águas do Peso para

⁵⁶ Nas Memórias Paroquiais, a respeito da freguesia de Campo do Gerês, e das suas Caldas consta o seguinte: *são estas as melhores do Reino, adonde ocorre gente de várias partes e ainda da cidade de Lisboa, achando para tudo comodo bastante não são muntos os anos que começaram a ter fama, po coanto a gente que a ellas vinha se acomodavam em barracas*. Capela, José Viriato, *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista...*, p. 416.

⁵⁷ *Comércio do Minho*, 16 de julho de 1886, n.º 197.

⁵⁸ Santos, Fernando, *Subsídios para o estudo das águas thermaes e potáveis do Gerez. A sílica e o fluor nas águas minerais*, Porto, Oficinas do “Commercio do Porto”, 1903, p. 34

⁵⁹ Depois substituída, em 1896, por uma outra empresa, em resultado das dificuldades económicas. Santos, Fernando, *Subsídios para o estudo das águas thermaes e potáveis do Gerez. A sílica e o fluor nas águas minerais...*, p. 45.

⁶⁰ *Comércio do Lima*, 22 de agosto de 1907, n.º 53.

⁶¹ Capela, José Viriato (Coord.), *Monção as Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Casa Museu de Monção. Universidade do Minho, 2003, pp. 407-408.

⁶² *Monção em “Minho Pitoresco” de José Augusto Vieira*, Braga, Casa Museu de Monção, 2002, p. 63.

fins medicinais foi registado na Câmara Municipal de Melgaço em 1884. Após uma época áurea, em que se enchia de aquistas em busca de cura para os seus males, seguiu-se um período de abandono que se prolongou por mais de quinze anos. Entretanto, o complexo termal do Peso retomou a sua atividade.

O desenvolvimento da vertente lúdica e social acabou por se verificar nas estâncias termais, como consequência das longas estadias que os tratamentos exigiam. Deste modo, a falta de saúde acabava por servir de pretexto para momentos de reunião familiar, pois raramente o banhista partia sozinho⁶³. Para ocupar os tempos livres, os hotéis proporcionavam muitas vezes atividades de entretenimento, procurando atrair e satisfazer uma clientela cada vez mais exigente. Por isso, contratavam atores e músicos, organizavam-se bailes, festas, jogos, *soirees* e passeios⁶⁴.

Tal como já sucedia noutras estâncias europeias, as termas acabaram por se converter em espaços seletos, destinados ao tratamento, descanso e divertimento, frequentados por uma elite aristocrática e burguesa. Em 1866, no *Echo do Lima*, jornal de Ponte de Lima, podia ler-se:

*Chegada – regressou a esta villa das Caldas de Vizella o nosso estimável amigo o Sr. Dr. Antonio Joaquim da Rocha Barbosa. Sua Senhora experimentou consideráveis melhoras na sua apreciável saúde*⁶⁵.

Através da análise da imprensa periódica minhota, podemos constatar que a justificação evocada para frequentar as termas era sempre a saúde, embora os problemas nem sempre apareçam explicitados. Veja-se o seguinte exemplo:

*Partida – Partiu em direção às Caldas de Vizela, a uso de banhos, o sr. António Joaquim da Rocha Barbosa. Oxalá que os benefícios de tão setulosas águas restituam a saúde e vigor ao nosso bom amigo*⁶⁶.

O jogo, apontado como principal responsável pelo fulgor de algumas estâncias turísticas da Europa, também devia ser incentivado, segundo alguns, em Portugal, sobretudo por razões de ordem económica⁶⁷. No entanto, desde o século XIX que se mantinha alguma controvérsia sobre essa matéria e que veio a culminar na repressão do jogo clandestino. O edital publicado no Diário de Governo em 1844 determinava que os jogadores e os donos ou inquilinos das casas onde fosse

⁶³ A palavra termalista só se generaliza nos inícios do século XX, sendo Ricardo Jorge dos primeiros a utilizá-la, nos finais do século XIX, nos seus trabalhos sobre o Gerês.

⁶⁴ Em 1886, o jornal Comércio do Minho noticiava que no dia 19 de julho teve lugar, nas Caldas das Taipas, uma *soiree*, organizada por mais de trinta senhoras, que se prolongou pela madrugada dentro. *Comércio de Braga*, 19 de julho de 1886, n.º 197.

⁶⁵ *Echo do Lima*, 25 de julho de 1867.

⁶⁶ *Echos do Lima*, 8 de julho de 1867, n.º 93.

⁶⁷ *Revista de Turismo*, n.º 21, p. 197.

descoberta a prática de jogos proibidos deviam ser presos e remetidos ao poder judicial; os seus nomes seriam publicitados para serem do conhecimento de todos; e os seus bens seriam objeto de inventário, que, posteriormente, seria remetido ao Ministério Público⁶⁸.

Em setembro de 1859, face à persistência da prática de jogos de azar em Viana do Castelo, o governador civil ordenou ao administrador do concelho que intimasse os donos de estabelecimentos públicos, estalagens, hospedarias e tabernas, para que, no prazo 24 horas, assinassem um documento em que declaravam não consentirem jogos nas suas casas, sob pena de lhes ser retirada a licença⁶⁹. No entanto, este fenómeno será cada vez mais difícil de controlar, sobretudo a partir dos anos 70 de oitocentos, altura em que o caminho-de-ferro aproxima os veraneantes das praias e das termas, que se transformarão também em lugares de promoção de jogo. De certo modo, serão os próprios municípios a incentivar esta prática, cientes das vantagens económicas que daí podiam advir. Segundo Irene Vaquinhas, já existia, nos inícios do século XX, um grande número de roletas, quase todas situadas nessas estâncias ou junto à raia, que atraíam elevado número de espanhóis, dado o seu gosto por este entretenimento⁷⁰.

4. Das elites ao povo...

Apesar da crescente valorização da componente social e da exploração do potencial turístico de estâncias balneares e termas, o que lhes conferia uma certa conotação elitista, os menos abastados não ficaram arredados desses lugares. A sua presença não será justificada pela procura do reconhecimento social, do lazer ou da simples distração, mas sim pelas suas potencialidades terapêuticas. Os mais pobres continuarão a procurar os banhos de mar e as termas para curar as suas moléstias, contando com o apoio de diversas instituições, como as misericórdias e hospitais, e de benfeitores particulares.

A concessão de esmolas e de cartas de guia era uma das formas de ajudar os mais pobres a terem acesso às praias ou às termas. Aliás, esta forma de caridade, praticada pelas Santas Casas, remonta à Idade Moderna. Conhecedoras das dificuldades de mobilidade dos mais carenciados, num tempo em que as distâncias eram maiores e as viagens morosas, perigosas e dispendiosas, as Misericórdias

⁶⁸ *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Anno de 1844-1845...*, pp. 185-186.

⁶⁹ AHGCVC, *Registo geral – agosto de 1848 a novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado.

⁷⁰ Vaquinhas, Irene, *Nome de Código "33856". "Jogos de Fortuna ou Azar" em Portugal entre a repressão e a tolerância (de finais do século XIX a 1927)...*, pp. 24-25.

dispunham de um instrumento que permitia a circulação dos mais pobres. Note-se que, no Antigo Regime, era grande o receio relativamente ao desconhecido e por isso procurava-se vigiar quem estava em trânsito. Além das gentes que, diariamente, percorriam estradas e caminhos para realizarem os seus afazeres, também deambulavam muitos estranhos, que eram olhados com desconfiança pelas autoridades e pela população, que os tomava por vadios e criminosos e os responsabilizava por vários delitos. Por conseguinte, era necessário identificar os caminhantes através de um passaporte.

Este controlo sobre a circulação de pessoas remonta ao século XVIII, com a criação, em 1760, da Intendência Geral da Polícia, organismo que, entre outras incumbências, devia garantir a segurança da população através da fiscalização dos indivíduos que entravam e circulavam no país⁷¹. Já nas Ordenações Filipinas, no Livro V, Título 68, se alude ao problema da vadiagem, prevendo que um indivíduo sem meio de subsistência conhecido, decorridos vinte dias sobre a sua chegada a uma localidade, fosse preso e açoitado publicamente e, caso não pudesse ser chicoteado, fosse degredado para África pelo período de um ano⁷².

O receio de que, sob a capa de doentes ou pobres, se escondessem vadios e criminosos que circulavam impunemente pelo país, levou também à imposição de restrições na concessão de cartas de guia por parte das Misericórdias, dado que este documento, que, entre outras finalidades, certificava a identidade dos seus portadores, só devia ser atribuído a quem possuísse o bilhete da Intendência Geral da Polícia.

Através dos passaportes internos, era possível às autoridades administrativas e policiais controlar as deslocações dos viajantes⁷³. Em 27 de setembro de 1837, foi publicada uma circular a alertar para o perigo que poderia advir da permissão de andar pelo reino sem documento identificativo, ou sem que este estivesse visado pelas autoridades competentes. Em 1853, através da circular dirigida aos administradores dos concelhos do distrito de Viana do Castelo, o governador civil, além de exigir que fosse respeitado o regulamento de polícia no tocante à proibição de circulação sem passaporte, apelava às Misericórdias para que deixassem de conceder cartas de guia, uma vez que estavam a ser usadas indevidamente por

⁷¹ AMM, *Registo de ordens reais – 1742*, n.º 1-A14-2-9, fl. 111-116v.

⁷² Veja-se *Ordenações Filipinas*, Livro V..., p. 1216.

⁷³ Sobre os passaportes internos leiam-se os trabalhos de Margarida Durães relacionados com as migrações temporárias e sazonais. Durães, Margarida; Emília, Lagido, "A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (Sécs. XVIII e XIX)", in Meneses, Avelino de Freitas de; Costa, João Paulo e, (Coords.), *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, Centro de História Além-mar, 2007, pp. 238-262. Durães, Margarida; Lagido, Emília, Caridade, Cristina, "Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVIII – XIXe siècles)", in *Obradoiro de la historia moderna*, n.º 15, 2006, pp. 29-76.

muitos indivíduos, que, fazendo-se passar por doentes e pobres, se dedicavam a práticas delituosas. Para o efeito, instruiu os administradores dos concelhos do distrito para que convocassem os provedores daquelas instituições⁷⁴ e os intimassem a não concederem cartas de guia a pessoas que não apresentassem passaporte e atuassem contra todos aqueles que, achando-se unicamente munidos das guias, não possuísem aquele documento⁷⁵.

Para que a carta de guia fosse atribuída, os pobres tinham que dirigir uma petição à Mesa da Misericórdia. A concessão desse documento, no qual constava o nome do beneficiário, a terra de origem e de destino, permitia que o requerente, além de receber uma esmola da Misericórdia para custear a deslocação, beneficiasse do apoio de outras instituições congéneres, que franqueavam as portas para lhe prestar apoio.

Tratava-se, por conseguinte, de um importante instrumento de caridade que continuou a vigorar no século XIX. Entre os motivos invocados pelos mais carenciados para obterem este passaporte estava a doença e a necessidade de tratamento com banhos de mar ou águas termais. A acumulação da condição de pobre e doente, mediante comprovação das autoridades médicas e religiosas, ou seja, médico e pároco, era um fator decisivo para a concessão do apoio. Refira-se que o cuidado na confirmação dessa dupla condição era necessária, numa altura em que se combatia a falsa pobreza e se reprimiam vagabundos e meliantes, procurando concentrar o auxílio nos verdadeiros pobres, entre os quais estavam os doentes incapazes de garantir, através do trabalho, o seu sustento.

Dada a grande procura e a necessidade de controlar a falsa indigência, o Hospital Real das Caldas, por portaria do Ministério do Reino, datada de 25 de janeiro de 1855, exigia que os doentes, para poderem ingressar naquele estabelecimento, apresentassem uma certidão, passada pelo pároco da freguesia de naturalidade ou de residência, a atestar a sua pobreza, rubricada pelo respetivo administrador do concelho, e uma declaração de um médico com a indicação da doença do requerente e a menção da necessidade de tratamento termal⁷⁶. Este procedimento será seguido por outras instituições hospitalares especializadas, que surgirão no século XIX, e que também tiveram de adotar critérios selecionadores, devido à elevada afluência de enfermos, oriundos de diferentes regiões de Portugal.

⁷⁴ A resposta da Misericórdia de Ponte de Lima ao administrador do concelho sobre a concessão de cartas de guia por aquela instituição pode ser lida em Araújo, Maria Marta Lobo; Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, «Pasaportes de caridad: Las “cartas de guia” de las Misericórdias portuguesas (siglos XVII-XI)», in *Estudios Humanísticos. Historia*, n.º 6, 2007, pp. 213-214.

⁷⁵ AHGCVC, *Cópia de circulares a várias autoridades janeiro de 1853 a dezembro de 1855*, não paginado.

⁷⁶ *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1855*, Imprensa Nacional, Lisboa 1856, pp. 16-17.

Com base nas esmolas atribuídas e nas cartas de guia passadas pela Misericórdia de Caminha no ano de 1876, podemos constatar que os beneficiados eram na sua maioria habitantes do distrito de Viana do Castelo, que tinham como destino as termas de Monção e a praia de Vila Praia de Âncora para tratamento das suas enfermidades. Se alguns eram naturais deste concelho, outros estavam em trânsito e foram, mediante a apresentação da carta de guia, agraciados com uma esmola para prosseguirem viagem até ao destino.

Quadro 1. Esmolas concedidas aos pobres para deslocações para banhos de mar e para as termas – Misericórdia de Caminha (1876) (continua)

Fonte: Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Hospital de Caminha, *Esmolas aos pobres doentes que se dirigem para as caldas*, n.º 7.36.3.4-14.

Beneficiado	Localidade de origem	Destino	Valor da esmola	Motivo da viagem
José de Passos	Viana do Castelo	–	200 réis	–
António Marques	Braga (hospital de S. Marcos)	Ourense	300 réis	–
Miguel de Brito	Monção	Viana	300 réis	–
Maria Josefa	Prado	Porto	300 réis	Seguia para o hospital do Porto
Marta Maria Dias	Vila Nova de Cerveira	Elvas	240 réis	–
Josefa Maria	Vila Nova de Cerveira	Gontinhães	400 réis	Deslocava-se para tomar banhos de mar quentes. Doença
Teresa Maria	Melgaço	Âncora	240 réis	Banhos de mar em Âncora. Doença
Maria Joana	Melgaço	Caminha	240 réis	–
Francisco António Domingos	Melgaço	Caminha	240 réis	–
Caetano Maria Dias	Póvoa do Varzim	Melgaço	240 réis	–
Maria Josefa Prado			240 réis	–
João Alvares	Viana do Castelo		240 réis	–
Miguel de Brito		Monção	240 réis	Vai para as termas. Doença
José de Almeida	Valença	Caminha	300 réis	Banhos de mar. Doença
Bernarda de Sá Vieira	Caminha	Monção	800 réis	Banhos sulfúricos nas termas. Doença
Francisco Gonçalves Carrilho	Caminha	Monção	800 réis	Termas de Monção. Doença
Maria da Conceição	Caminha	Monção	700 réis	Termas de Monção. Doença

Quadro 1. Esmolas concedidas aos pobres para deslocações para banhos de mar e para as termas – Misericórdia de Caminha (1876) (continuação)

Fonte: Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Hospital de Caminha, *Esmolas aos pobres doentes que se dirigem para as caldas*, n.º 7.36.3.4-14.

Beneficiado	Localidade de origem	Destino	Valor da esmola	Motivo da viagem
Maria de Sousa	Caminha	Monção	700 réis	Termas de Monção. Doença
Pilar Paz	–	Santiago de Compostela	240 réis	–
Maria Isabel Pereira	Viana do Castelo	Valença	400 réis	–
João Evangelista	Viana do Castelo	Monção	300 réis	Termas de Monção. Doença
Rosa Portes	Viana do Castelo	Monção	240 réis	Termas de Monção. Doença
Benedita Domingues	Caminha	Monção	2000 réis	Termas de Monção. Doença
Antonio Alves	Caminha	Monção	1000 réis	Termas de Monção. Doença
João de Sá	Caminha	Monção	1000 réis	Termas de Monção. Doença
Maria Joaquina Gonçalves	Caminha	Monção	800 réis	Termas de Monção. Doença
Maria Rosa Frutuoso	Caminha	Monção	800 réis	Termas de Monção. Doença
Gervásio António Carreiro e mulher Maria Joaquina Moraes	Caminha	Monção	800 réis	Termas de Monção – ambos eram doentes
João Gonçalves de Jacinto	Caminha	Monção	1000 réis	Termas de Monção. Doença

5. Conclusão

Ao percorrermos diferentes períodos da história, constatamos que o relacionamento do homem com a água e a forma de encarar o banho se foram alterando. Se hoje ninguém põe em causa a indispensabilidade do asseio pessoal e dos hábitos de higiene, tendo em vista, nomeadamente, a salvaguarda da saúde pessoal e pública, tempos houve em que essa preocupação estava arredada de uma boa parte da população.

À medida que avançamos na centúria oitocentista e entramos no século XX, praias e termas impõem-se cada vez mais como espaços de lazer e de convivência, como se pode depreender da instalação de estruturas cada vez mais modernas, como hotéis, casinos e salões de baile, com o objetivo de atrair visitantes e de lhes

proporcionar as melhores condições de alojamento e de entretenimento. A vertente lúdica das estâncias balneares e termais assumirá um peso cada vez maior e será favorecida pelas políticas sociais promovidas pelos estados, que se materializaram, entre outras medidas, na concessão de férias pagas.

Os pobres não ficaram afastados das praias e das termas, graças ao apoio de diversas instituições, como as misericórdias e hospitais, e de benfeitores particulares, nomeadamente através da concessão de esmolas e de cartas de guia. Todavia, no seu caso, a procura das estâncias balneares e termais era motivada sobretudo pelas suas vantagens curativas.

O culto do sol e a valorização das suas virtualidades estéticas, com um número crescente de adeptos, foram remetendo para segundo plano a vertente terapêutica da praia. As termas, por seu lado, além de preservarem a dimensão lúdica, afirmaram-se sobretudo como espaços de tratamento, onde os laços sociais emergiam e se consolidavam em resultado da convivência propiciada pela presença assídua e demorada dos aquistas e das respetivas famílias.

